



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

27/05/2014

INDICE

1. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
1.1. DECISÕES.....	1
1.2. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	3 - 4
2.2. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	5
2.3. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	6
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	7
4. JORNAL O QUARTO PODER	
4.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	8 - 9
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. DECISÕES.....	10 - 11
5.2. EVENTOS.....	12
5.3. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	13
5.4. JUIZADOS ESPECIAIS.....	14
5.5. POSSE.....	15
5.6. SERVIDOR PÚBLICO.....	16 - 17
5.7. VARAS CRIMINAIS.....	18

PIO XII E SATUBINHA

Estado é condenado a reformar delegacias do interior do MA

O Governo do Estado do Maranhão foi condenado a reformar as delegacias de polícia dos municípios de Pio XII e Satubinha. De acordo com a decisão da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que manteve condenação do juízo da comarca de Pio XII, a iluminação, circulação de ar, instalações hidrossanitárias devem ser melhoradas.

Além disso, deve ser desenvolvido programa de limpeza e desinfecção das celas e reservatórios de água, e duas celas extras devem ser construídas em cada delegacia, mantendo até três presos por

cela. Foi determinada também a disponibilização de colchões para presos e policiais; a construção de muro de proteção; a oferta de água potável para consumo; o provimento da delegacia de Pio XII com o mínimo de duas viaturas; e a criação de posto da PM na cidade, tudo sob pena de multa diária de R\$ 3 mil, até o limite de R\$ 1 milhão.

O Estado do Maranhão recorreu da condenação, alegando a impossibilidade do pedido do Ministério Público Estadual (MPE) porque a decisão judicial estaria inva-

dando competência do Executivo em avaliar os critérios de oportunidade e conveniência e decidir sobre a implementação de políticas, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

Segundo o relator do recurso, desembargador Vicente de Paula, as unidades prisionais dos dois municípios não possuem condições de garantir a integridade física e moral dos custodiados pela precariedade da estrutura. Ele ressaltou a obrigação do Estado de assegurar àqueles que estão sob sua guarda as necessidades básicas necessárias à dignidade humana, ainda que dentro do cárcere, conforme prescrevem leis e a

Constituição.

Vicente de Paula citou ainda a obrigação legal do Estado de oferecer serviços públicos eficientes, garantindo tanto ao administrado, como ao servidor, serviço de segurança pública em condições híginas de utilização e evitando o sucateamento da atividade, essencial à estrutura da sociedade.

"Verificado que o Estado descumpriu sua obrigação perante os administrados ao omitir-se de prestar serviço público essencial, impõe-se a intervenção do Judiciário para assegurar os direitos fundamentais dos cidadãos", justificou.

Fórum de São Luís instala terminais de atendimento ao público

Já estão em funcionamento no Fórum de São Luís quatro terminais de autoatendimento para agilizar os serviços de consultas processuais, muito utilizados por advogados e por pessoas que transitam no fórum diariamente. O objetivo é facilitar o acesso a informações sobre o andamento de processos, otimizando o tempo de consulta, considerando que informações diversas poderão ser obtidas em um único terminal.

Os terminais foram instalados no hall localizado próximo aos elevadores de acesso às unidades judiciais. O serviço também permite o acesso, por meio da internet, a páginas eletrônicas de outras instituições públicas, tais como tribunais, órgãos governamentais e entidades sem fins lucrativos, cujas extensões são "jus", "gov" e "org".

Para o juiz Osmar Gomes, diretor do fórum, o serviço dará mais agilidade no atendimento à sociedade e aos operadores do Direito. Segundo o juiz, essa facilidade está no fato de que o terminal dá acesso, em um único ponto, a páginas eletrônicas de interesse dos pro-

fissionais que atuam no Sistema de Justiça e dos cidadãos. O analista judiciário Carlos Henrique Oliveira Silva, que responde pela chefia do Setor de Informática do Fórum de São Luís, explica que a instalação dos terminais busca, principalmente, facilitar o acesso da comunidade ao andamento processual e demais serviços do Judiciário, por meio de novas tecnologias da informação.

A implantação do serviço foi anunciada pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, no último dia 20 de maio, durante as solenidades de instalação do Centro de Apoio às Vítimas de Violência (CEAV) e da Sala de Depoimento Especial, localizadas no Fórum, e do lançamento da campanha "Jogue Contra as Drogas".

Rede WiFi - Os terminais vêm para se somar ao serviço de consulta processual e de acesso a páginas com extensões "jus", "gov" e "org" que utilizam a tecnologia de internet sem fio que já está em funcionamento no fórum desde o último dia 19. Por meio de dispositivos móveis os usuários podem ter acesso aos mesmos serviços dos terminais fixos.

PM recolhe 28 menores no Centro Histórico

Cidades 2

28 menores são recolhidos no Centro Histórico em ação da Operação Varredura

Ação, comandada pela CPTur, foi realizada na sexta-feira, dia 23, e terá continuidade; foram apreendidos cinco facas, cachimbos, drogas, isqueiros e sprays de pichação



Policiais militares fazem rondas diárias na área do Centro Histórico



Material apreendido com menores na operação foi encaminhado para DPCA

A Companhia de Policiamento Turístico (CPTur) está fechando o cerco à atuação de menores de idade e de usuários de drogas em furtos e roubos na área do Centro Histórico de São Luís. De acordo com o major Roberto Moreira Filho, comandante do CPTur, a atuação de adolescentes praticando pequenos crimes na região é comum, tanto que durante a Operação Varredura, realizada na sexta-feira, dia 23, 23 menores foram apreendidos - 13 meninos e 10 meninas. Também foram apreendidos cinco facas, cachimbos, drogas, isqueiros e sprays de pichação.

Conforme o major, a maioria dos adolescentes é da região Itaquibacanga, muitos da Vila Verde, nas proximidades do Anjo da Guarda, mas até mesmo uma menina de 14 anos, moradora do Maiobão, foi apreendida e apresentada à delegada Igliana de Freitas, titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA). As meninas, de 14 a 16 anos, são usadas como isca para atrair possíveis vítimas.

O caso mais grave de ato infracional registrado durante a noite de sexta-feira foi uma tentativa de lesão corporal entre adolescentes. Um deles, de 14 anos, que já é conhecido pela polícia, tentou ferir outro com um artefato pontiagudo. Enquanto curiosos se junta-

Saiba mais

Vistoria - Na operação de sexta-feira, dia 23, foram vistoriados bares e casas noturnas localizados na Praia Grande, além de praças e logradouros públicos. Todos os menores foram encaminhados ao Conselho Tutelar do Centro Histórico e em seguida liberados aos responsáveis. Participaram da ação 38 policiais militares, três cães, três conjuntos da cavalaria, seis motocicletas, três viaturas da Polícia Militar, duas viaturas e agentes da Polícia Civil. A Operação Varredura continuará sendo realizada nos próximos fins de semana.

Rondas - Das 6h às 11h e das 18h às 23h, policiais fazem rondas pela área do Centro Histórico em motocicletas. O policiamento a pé é reforçado das 7h30 às 13h30 e das 13h30 às 19h30 e viaturas circularão pela área 24 horas por dia.

Pontos - Localizada na Rua da Estrela, principal ponto de concentração de pessoas na área da Praia Grande, a Praça Nauro Machado também é considerada um dos principais pontos de ações criminosas. Juntos, os dois logradouros somam 18 ocorrências este ano. As ruas da Palma, Humberto de Campos, Portugal e Boa Ventura também aparecem no relatório da CPTur.

vam ao redor do jovem ferido, outros adolescentes se aproveitavam da situação para praticar pequenos furtos, sem que fossem percebidos.

As operações continuam por tempo indeterminado, em ação conjunta com outros órgãos, como Conselhos Tutelares, Ministério Público, Tribunal de Justiça e DPCA. "Nós conclamamos que esses órgãos trabalhem conosco, para que façamos uma ação integrada de combate à criminalidade, pois em determinados momentos é necessário termos o apoio para fazermos o encaminhamento correto, principalmen-

te dos menores apreendidos e dos usuários de drogas", afirmou o major Roberto.

Operação - Na tarde de ontem, o comando do CPTur participou de uma reunião na Secretaria de Turismo para definir as ações da Operação Reviver com Segurança, que deve ser colocada em prática até os dias 10 ou 11 de junho, antes do primeiro jogo do Brasil na Copa do Mundo.

Nessa operação, os 60 policiais que compõem a CPTur serão capacitados em noções de turismo e do Centro Histórico de São Luís. Com isso, estarão aptos a lidar me-

lhor com o turista que visita a capital maranhense. A CPTur também já colocou nas ruas policiais com fluência em várias línguas, tais como inglês, francês, espanhol e japonês.

Policiamento - Desde abril, o policiamento no Centro Histórico de São Luís tem sido feito 24 horas por dia. "Nosso objetivo é garantir maior fluidez de pessoas pela área de forma tranquila, sem que sejam abordadas por criminosos. Também queremos acabar com os constantes arrombamentos de carros e estabelecimentos comerciais, praticados diariamente no Centro Histórico de São Luís", afirmou, na época, o coronel Marco Aurélio Alves, comandante do CPM.

Diariamente, 45 policiais fazem o policiamento a pé de toda a região. O trabalho é reforçado com duas viaturas, que fazem rondas constantes no entorno do Centro Histórico, e motocicletas, que conseguem entrar nas ruas e vielas estreitas. A cobertura policial ainda conta com um posto fixo instalado na Fundação da Memória Republicana Brasileira (FMRB), localizada na Rua da Palma, além de 22 câmeras de videomonitoramento instaladas na região, que, embora sejam de responsabilidade da Prefeitura de São Luís, são operadas por policiais militares.

Corregedoria intensifica inspeções em cartórios no interior do estado

Trabalho visa garantir o bom funcionamento dos cartórios para a prestação dos serviços de qualidade; a inspeção segue a metodologia de análise dos livros de registro de imóveis, de pessoas naturais e notariais, como escritura pública e procuração

A juíza corregedora Oriana Gomes está dando sequência a uma série de inspeções em cartórios no Maranhão. A finalidade do trabalho é garantir o bom funcionamento dos cartórios, refletindo na adequada prestação dos serviços oferecidos à população. A última inspeção foi realizada no período de 13 a 15 deste mês, no Ofício Único do município de Barreirinhas, localizado a 252km de São Luís.

De acordo com a juíza Oriana Gomes, a inspeção segue a metodologia de análise dos livros de registro de imóveis, de pessoas naturais e notariais, como escritura pública e procuração.

Da análise, são verificados os lançamentos referentes a registros nos livros, a exemplo daqueles relacionados a imóveis, emissão de certidão de registro de nascimento, de óbito e de casamento, bem como é verificada a guarda dos documentos, o tempo para concretização dos atos e se é respeitada a obrigação de comunicação das atividades aos órgãos oficiais.

Constatou-se que havia problemas no lançamento dos registros nos livros de casamento. Parte deles constava folhas em branco, criando intervalos entre atos praticados e não lançados no livro.

De acordo com Lourival Ramos, coordenador das serventias extrajudiciais, esses atos que não foram lançados são passíveis de cancelamento. "Pode haver anulação, por exemplo, de um casamento que foi realizado, mas não teve o registro no livro ou no sistema. Da mesma forma, pode ocorrer anulação de outros atos, acarretando prejuízo para a população. Daí por que a necessidade de acompanharmos os trabalhos, intervindo de forma positiva para sua melhoria", explicou o coordenador.

Fatores como a estrutura física e de pessoal também são verificados. Em Barreirinhas, apesar da boa condição física do prédio, foi constatada a falta de adequação para o atendimento do cidadão.

"As pessoas estavam em pé, aguardando atendimento na porta do cartório. Com a nossa interferência, o responsável pelo ofício providenciou imediatamente a compra de assentos, sendo sanado o problema. Também foi adequada a rampa de acesso para pessoas com dificuldade de locomoção", disse a juíza corregedora.

Lourival Ramos destacou que o responsável pelo cartório está realizando um grande esforço para melhorar os serviços, a exemplo da

recuperação dos livros com registros públicos e a implantação de sistema informatizado de gestão, mas que ainda há necessidade de melhoria em diversos aspectos.

Regularização - De acordo com a juíza Oriana Gomes, a constatação inicial da falta de regularização fundiária no município constitui um grave problema. "O número de registros é irrelevante, comparado ao número de imóveis existentes naquela cidade, onde a população é estimada em mais de 58 mil pessoas. Os números de registros de que se tem conhecimento até o momento ainda é muito baixo diante dessa realidade", pontuou.

A juíza esclareceu que o trabalho de inspeção assegura direitos de acesso aos serviços cartorários, bem como o cumprimento do dever de recolhimento dos tributos devidos. Caso sejam constatados indícios de desvios na função cartorária, são estabelecidas as providências e o prazo para resolução do problema.

A depender da gravidade do caso, a corregedoria pode afastar o titular do ofício, promovendo um substituto ou um interventor para atuar na serventia, podendo ocorrer até a perda da delegação.



A juíza Oriana Gomes examina livro de registro de imóveis em sua inspeção por comarca do interior do MA

Rápida

Passeio

IMPERATRIZ - Um passeio ciclístico promovido pela 1ª Vara da Infância e da Juventude de Imperatriz, com o apoio da equipe de comissários da Infância no último domingo, reuniu cerca de 300 participantes, entre crianças, jovens, adultos e idosos. O juiz

titular da unidade e diretor do Fórum da Comarca de Imperatriz, Delvan Tavares, e a equipe da Vara integraram o grupo, que pedalou 6 quilômetros pelas principais vias do município. O objetivo foi chamar a atenção para o Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

TECNOLOGIA

Fórum de São Luís instala terminais de atendimento

Já estão em funcionamento no Fórum de São Luís quatro terminais de autoatendimento para agilizar os serviços de consultas processuais, muito utilizados por advogados e por pessoas que transitam no fórum diariamente. O objetivo é facilitar o acesso a informações sobre o andamento de processos, otimizando o tempo de consulta, considerando que informações diversas poderão ser obtidas em um único terminal.

Os terminais foram instalados no hall localizado próximo aos elevadores de acesso às unidades judiciais. O serviço também permite o acesso, por meio da internet, a páginas eletrônicas de outras instituições públicas, tais como tribunais, órgãos governamentais e entidades sem fins lucrativos, cujas extensões são “jus”, “gov” e “org”.

Para o juiz Osmar Gomes, diretor do fórum, o serviço dará mais agilidade no atendimento à sociedade e aos operadores do Direito. Segundo o juiz, essa facilidade está no fato de que o terminal dá acesso, em um único ponto, a páginas eletrônicas de interesse dos profissionais que atuam no Siste-

ma de Justiça e dos cidadãos. O analista judiciário Carlos Henrique Oliveira Silva, que responde pela chefia do Setor de Informática do Fórum de São Luís, explica que a instalação dos terminais busca, principalmente, facilitar o acesso da comunidade ao andamento processual e demais serviços do Judiciário, por meio de novas tecnologias da informação.

A implantação do serviço foi anunciada pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, no último dia 20 de maio, durante as solenidades de instalação do Centro de Apoio às Vítimas de Violência (CEAV)

e da Sala de Depoimento Especial, localizadas no Fórum, e do lançamento da campanha “Jogue Contra as Drogas”.

Rede WiFi

Os terminais vêm para se somar ao serviço de consulta processual e de acesso à páginas com extensões “jus”, “gov” e “org” que utilizam a tecnologia de internet sem fio que já está em funcionamento no fórum desde o último dia 19. Por meio de dispositivos móveis os usuários podem ter acesso aos mesmos serviços dos terminais fixos.



DIVULGAÇÃO

Usuário conta com quatro terminais de atendimento no Fórum

**Fórum de São Luís
instala terminais de
atendimento ao público**
Página 5

Fórum de São Luís instala terminais de atendimento ao público



Já estão em funcionamento no Fórum de São Luís quatro terminais de autoatendimento para agilizar os serviços de consultas processuais, muito utilizados por advogados e por pessoas que transitam no fórum diariamente. O objetivo é facilitar o acesso a informações sobre o andamento de

processos, otimizando o tempo de consulta, considerando que informações diversas poderão ser obtidas em um único terminal.

Os terminais foram instalados no hall localizado próximo aos elevadores de acesso às unidades judiciais. O serviço também permite o acesso, por meio da

internet, a páginas eletrônicas de outras instituições públicas, tais como tribunais, órgãos governamentais e entidades sem fins lucrativos, cujas extensões são "jus", "gov" e "org".

Para o juiz Osmar Gomes, diretor do fórum, o serviço dará mais agilidade no atendimento à sociedade e aos operadores do Direito. Segundo o juiz, essa facilidade está no fato de que o terminal dá acesso, em um único ponto, a páginas eletrônicas de interesse dos profissionais que atuam no Sistema de Justiça e dos cidadãos.

O analista judiciário Carlos Henrique Oliveira Silva, que responde pela chefia do Setor de Informática do Fórum de São Luís, explica que a instalação dos terminais busca, principalmente, facilitar o acesso da comunidade ao andamento processu-

al e demais serviços do Judiciário, por meio de novas tecnologias da informação.

A implantação do serviço foi anunciada pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, no último dia 20 de maio, durante as solenidades de instalação do Centro de Apoio às Vítimas de Violência (CEAV) e da Sala de Depoimento Especial, localizadas no Fórum, e do lançamento da campanha "Jogue Contra as Drogas".

Rede WiFi – Os terminais vêm para se somar ao serviço de consulta processual e de acesso à páginas com extensões "jus", "gov" e "org" que utilizam a tecnologia de internet sem fio que já está em funcionamento no fórum desde o último dia 19. Por meio de dispositivos móveis os usuários podem ter acesso aos mesmos serviços dos terminais fixos.

PIO XII E SATUBINHA

Justiça manda Estado reformar delegacias e diminuir superlotação

O governo do Maranhão foi condenado a reformar as delegacias de polícia dos municípios de Pio XII e Satubinha, melhorando a iluminação, circulação de ar, instalações hidrossanitárias e promovendo programa de limpeza e desinfecção das celas e reservatórios de água, além da construção de duas celas extras em cada delegacia, mantendo até três presos por cela.

A decisão é da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que manteve condenação do juízo da comarca de Pio XII.

Foi determinada também a disponibilização de colchões para presos e policiais; a construção de muro de proteção; a oferta de água potável para consumo; o provimento da delegacia de Pio XII com o mínimo de duas viaturas; e a criação de posto da PM na cidade, tudo sob pena de multa diária de R\$ 3 mil, até o limite

de R\$ 1 milhão.

O Estado do Maranhão recorreu da condenação, alegando a impossibilidade do pedido do Ministério Público Estadual (MP) porque a decisão judicial estaria invadindo competência do Executivo em avaliar os critérios de oportunidade e conveniência e decidir sobre a implementação de políticas, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

O relator do recurso, desembargador Vicente de Paula, destacou que as unidades prisionais dos dois municípios não possuem condições de garantir a integridade física e moral dos custodiados, pela precariedade da estrutura. Ele ressaltou a obrigação do Estado de assegurar àqueles que estão sob sua guarda as necessidades básicas necessárias à dignidade humana, ainda que dentro do cárcere, conforme prescrevem leis e a Constituição.

Vicente de Paula citou ainda a obrigação legal do Estado de oferecer serviços públicos eficientes, garantindo tanto ao administrado como ao servidor serviço de segurança pública em condições híginas de utilização e evitando o sucateamento da atividade, essencial à estrutura da sociedade.

“Verificado que o Estado descumpriu sua obrigação perante os administrados ao omitir-se de prestar serviço público essencial, impõe-se a intervenção do Judiciário para assegurar os direitos fundamentais dos cidadãos”, justificou. (Ascom / TJMA)

Condenação

O governo do Estado foi condenado a reformar as delegacias de polícia dos municípios de Pio XII e Satubinha, com melhorias na iluminação, circulação de ar e das instalações hidro-sanitárias. Condenado em primeira instância, o governo estadual recorrer alegando impossibilidades e interferência do Judiciário em ações do Executivo. A verdade é que o Maranhão está abandonado e a condenação apenas exhibe o estado de penúria da segurança pública.

Esmam fará palestra sobre memorização

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam) trará a São Luís, para palestra sobre Aprendizagem Acelerada, Memorização, Foco e Concentração, Renato Alves Nunes, o primeiro brasileiro a receber, através de homologação oficial, o título de melhor memória do Brasil. O treinamento será realizado no dia 30 de maio, nos turnos matutino e vespertino, no auditório da escola judicial maranhense.

A palestra, destinada aos servidores do Judiciário es-

tadual, pretende capacitá-los com estratégias de aprendizagem, para que possam executar suas atividades profissionais, diminuindo o risco de distração e retrabalho, que gera perda de tempo e estresse.

O treinamento abordará as dinâmicas de assimilação das técnicas, além das questões conceituais que envolvem concentração e gestão dos pensamentos para diminuir a ansiedade. O material didático será oferecido gratuitamente aos participantes.

Fórum Des. Sarney Costa instala terminais de atendimento ao público

Já estão em funcionamento, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, quatro terminais de autoatendimento para agilizar os serviços de consultas processuais, muito utilizados por advogados e por pessoas que transitam no fórum, diariamente. O objetivo é facilitar o acesso a informações sobre o andamento de processos, otimizando o tempo de consulta, considerando que informações diversas poderão ser obtidas em um único terminal.

Os terminais foram instalados no *hall* localizado próximo aos elevadores de acesso às unidades judiciais. O serviço também permite o acesso, por meio da internet, a páginas eletrônicas de outras instituições públicas, tais como tribunais, órgãos governamentais e entidades sem fins lucrativos, cujas extensões são "jus", "gov" e "org".

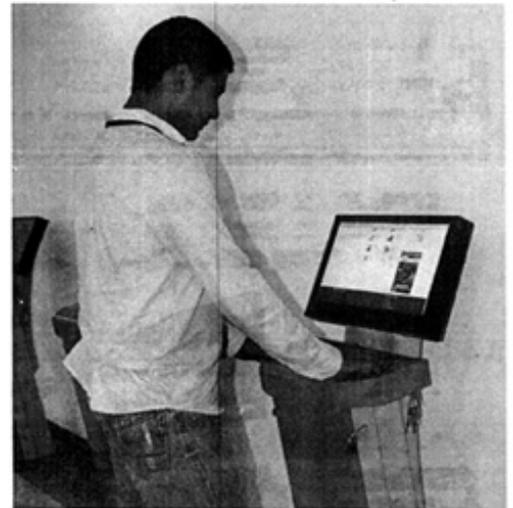
Para o juiz Osmar Gomes, diretor do fórum, o serviço dará mais agilidade no atendimento à sociedade e aos operadores do Direito. Segundo o juiz, essa facilidade está no fato de que o terminal dá acesso, em um único ponto, a páginas eletrônicas de interesse dos profissionais que

atuam no Sistema de Justiça e dos cidadãos.

O analista judiciário Carlos Henrique Oliveira Silva, que responde pela chefia do Setor de Informática do Fórum de São Luís, explica que a instalação dos terminais busca, principalmente, facilitar o acesso da comunidade ao andamento processual e demais serviços do Judiciário, por meio de novas tecnologias da informação.

A implantação do serviço foi anunciada pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, no último dia 20 de maio, durante as solenidades de instalação do Centro de Apoio às Vítimas de Violência (CEAV) e da Sala de Depoimento Especial, localizadas no Fórum, e do lançamento da campanha "Jogue Contra as Drogas".

REDE WIFI – Os terminais vêm para se somar ao serviço de consulta processual e de acesso à páginas com extensões "jus", "gov" e "org" que utilizam a tecnologia de internet sem fio que já está em funcionamento no fórum desde o último dia 19. Por meio de dispositivos móveis os usuários podem ter acesso aos mesmos serviços dos terminais fixos.



TERMINAIS VISAM agilizar serviços de consultas processuais no Fórum de São Luís

DPE/MA inaugura sede do Núcleo de Defesa do Consumidor

O mais novo núcleo especializado da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) funcionará em sede própria, com a atuação de cinco defensores públicos, incumbidos de tutelar e promover os direitos dos consumidores hipossuficientes de São Luís, em âmbito individual e coletivo, incluindo as matérias referentes aos 14 Juizados Especiais das Relações de Consumo de São Luís, além das 16 varas cíveis da Justiça Comum.

A solenidade de inauguração será às 9h desta terça-feira (27), sob o comando do defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho, acompanhado da subdefensora Mariana Albano de Almeida e da corregedora da DPE/MA, Fabíola Almeida Barros.

Entre as causas e demandas que serão acompanhadas pelo Núcleo, estão a renegociação de dívidas em geral, ações movidas em face de concessionárias do serviço público, de empresas de cartão de crédito, de bancos e instituições financeiras, além de planos de saúde.

Juízes tomam posse nas comarcas de Bacabal e Codó

A presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, empossou nesta segunda-feira (26) os juízes de direito Daniela de Jesus Bonfim Ferreira e Holídice Cantanhede Barros, no cargo de juiz de direito da 2ª Vara da comarca de Bacabal e 2ª Vara da comarca de Codó, respectivamente.

A mudança de jurisdição dos magistrados – pelo critério de antiguidade – foi decidida em sessão administrativa do órgão especial do TJMA, ocorrida na última quarta-feira (22).

A juíza Daniela Ferreira foi promovida da comarca de Timbiras, de entrância inicial, para a entrância intermediária. Já o juiz Holídice Barros foi removido da 1ª Vara da Comarca de Grajaú.

Ao final da solenidade, a presidente Cleonice Freire parabenizou os juízes e desejou boa sorte em suas novas comarcas. E facultou ao presidente da Associação dos Magistrados (AMMA) dirigir mensagem aos empossados.

“A vida do juiz tem muitos desafios, que precisam ser superados. Em troca, ele recebe o reconhecimento público e o avanço na carreira. Essa é a nossa alegria: obter o reconhecimento do nosso trabalho, pela Instituição e pela sociedade”, ressaltou Gervásio Santos.

Acompanharam a posse os juízes Nilo Ribeiro (auxiliar da presidência), e Sebastião Lima Bonfim, além do diretor geral do Tribunal de Justiça, Hebert Leite.

• A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER) do TJMA realiza nesta quarta-feira (28) campanha de vacinação, em parceria com a Coordenação de Imunização do Município de São Luís.

• A campanha, que marca o Dia Mundial pela Saúde da Mulher, visa a prevenção de doenças que acometem o público feminino.

Judiciário promove campanha de vacinação na quarta-feira

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER) do TJMA realiza nesta quarta-feira (28) campanha de vacinação, em parceria com a Coordenação de Imunização do Município de São Luís.

A campanha, que marca o Dia Mundial pela Saúde da Mulher, visa a prevenção

de doenças que acometem o público feminino.

A ação será desenvolvida na Divisão Médica do Fórum Des. Sarney Costa (Cachau), das 9h30 às 16h30, com a aplicação de vacinas contra a hepatite B, tétano, febre amarela, entre outras doenças.

A iniciativa faz parte das atividades da Coordenadoria Estadual da Mulher, que segue o calendário das datas comemorativas implementando ações em articulação com outros órgãos.

1ª Vara de Coroatá adia júri de acusado por homicídio

Foi adiado para o próximo mês de julho o júri promovido pela 1ª Vara da Comarca de Coroatá marcado para a última quinta-feira (22), quando o réu Fábio Gonçalves dos Santos responderia pelo homicídio de Clemente Alves da Cruz. Segundo a juíza titular da Vara, Josane Farias Braga, a mudança de data se deveu a problemas de saúde apresentado pelo advogado que iria defender o réu, que teria atuado em júri ocorrido no dia anterior, quando falou por quase duas horas, ficando totalmente sem voz na data do julgamento de Fábio.

Segundo o processo, no dia 29 de dezembro de 2012, por volta das 23h00, Fábio

Gonçalves se encontrava em um bar localizado no bairro Novo Areal (Coroatá), quando avistou a vítima, alcançando-a e desferindo contra a mesma vários golpes de facão, causando-lhe a morte. Ainda segundo o processo, o motivo do crime seria vingança, uma vez que o réu teve um desentendimento anterior com Clemente.

RAIO – Josane Braga informa ainda que a Comarca de Coroatá se encontra sem telefone desde o início de abril, quando a queda de um raio queimou a Central de Telefones do Poder Judiciário local. De acordo com a magistrada, a previsão é que o problema seja resolvido até o final desta semana.